



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Prefeito



Governo Municipal  
**CERRO AZUL**  
A Serviço de Todos

## LEI Nº 001/2016.

**SÚMULA: DEFINE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR NOS TERMOS DO ARTIGO 100, § 3, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009.**

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, **APROVOU** e eu CLAUDINEI BRAZ, Prefeito Municipal **SANCIONO** a seguinte Lei:

### **“L E I”**

**Art. 1º** No âmbito do Município de Cerro Azul ficam definidas como obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, os créditos oriundos de decisão judicial transitada em julgado cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior ao maior benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social.

§1º Para fins de delimitação do limite previsto no caput, considerar-se-á:

I - caso tenha havido execução de sentença no processo judicial, a data da preclusão da discussão quanto ao valor devido; e

II - caso tenha sido realizado requerimento administrativo sem a prévia execução de sentença, a data do protocolo do pedido.

§ 2º Em caso de litisconsórcio, será considerado o valor devido a cada litisconsorte de forma autônoma para fins de verificação do limite a que alude o caput.

§ 3º Os honorários de sucumbência, as custas e as despesas processuais deverão ser consideradas como parcela integrante do valor devido, para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

ESTADO DO PARANÁ



Governo Municipal  
**CERRO AZUL**  
A Serviço de Todos

**Gabinete do Prefeito**

§ 4º Observado o disposto no parágrafo anterior, para fins de requerimento, é lícita a atribuição da qualidade de beneficiário aos advogados, cartórios cíveis e peritos, dentre outro, no que tange aos honorários sucumbências, custas e despesas processuais ou ainda honorários periciais, conforme o caso.

**Art. 2º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do protocolo da requisição de pagamento na Procuradoria do Município.

**Art. 3º** O requerimento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – Via original da Requisição de Pequeno Valor – RPV expedida pelo Cartório competente e devidamente assinada pelo Juiz da Comarca; ou:

II – fotocópia da sentença e de todos os acórdãos existentes no processo.

III - fotocópia da certidão de trânsito em julgado da demanda;

IV - caso exista execução de sentença, a fotocópia do cálculo homologado em juízo e das decisões judiciais eventualmente existentes em tal fase processual, assim como sua certidão de trânsito em julgado;

V - caso não exista execução de sentença, planilha de cálculo elaborada pelo interessado, que demonstre a liquidez da obrigação e a observância do limite legal, inclusive somando-se honorários de sucumbência, custas e demais despesas processuais; e

VI - mandato específico ou cópia do mandato outorgado para o ajuizamento da ação judicial, no caso de pedido realizado por procurador.

§ 1º Os documentos a que aludem os incisos II a IV podem ser substituídos por certidão de inteiro teor expedida pelo Cartório ou pela Secretaria que demonstrem o teor das decisões existentes no processo, a existência e a data do trânsito em julgado da ação judicial do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

§ 2º O prazo para pagamento da requisição de pequeno valor, no caso de necessidade de sua correção ou da juntada de eventuais documentos faltantes, reiniciará a partir do protocolo da retificação.

**Art.4º** A Secretaria Municipal de Finanças antes de proceder ao pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV deverá verificar se o beneficiário é devedor junto ao Município de Cerro Azul.

Prefeitura Municipal de Cerro Azul. Rua Barão do Cerro Azul, 63- CEP 83570-000 – fone/fax 41-3662-1222

6





PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

ESTADO DO PARANÁ



Governo Municipal  
**CERRO AZUL**  
A Serviço de Todos

**Gabinete do Prefeito**

Parágrafo Único - Existindo débito em nome do beneficiário do pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV junto à Administração Municipal, será realizada a compensação com o valor da Requisição de Pequeno Valor - RPV, total ou parcialmente, na forma prevista em regulamento.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, aplicando-se nos casos omissos, as disposições da Resolução nº 06/2007, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Gabinete do Senhor Prefeito, em 30 de março de 2016.

**CLAUDINEI BRAZ**  
Prefeito Municipal